

Constitucionalidade

► Teoria da nulidade: regra geral

Uma vez declarado inconstitucional, deve ser considerado, nos termos da doutrina brasileira majoritária, como "nulo", e, portanto, desprovido de força vinculativa.

↳ de acordo com o art. 27 da Lei nº 9.868/99, ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o STF, por maioria de 2/3 de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

espécies DE INCONSTITUCIONALIDADE

► formal, material ou de decoro parlamentar

A inconstitucionalidade formal verifica-se quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contém algum vício em seu processo de formação.

O vício material diz respeito à "matéria", ao conteúdo do ato normativo, deste modo aquele ato normativo que afrontar qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional.

↳ ex: uma lei discriminatória que afronta o princípio da igualdade.

O vício de decoro parlamentar foi lançado quando houve a denúncia de compra de votos para obtenção de apoio político no Parlamento.

momentos DE CONTROLE

O controle pode ser realizado antes de o projeto de lei virar lei (controle prévio ou preventivo), impedindo a inserção no sistema normativo de normas que padeçam de vícios, ou já sobre a lei, geradora de efeitos potenciais ou efetivos.

► O controle preventivo pode ser exercido pelo Legislativo quando o projeto é apreciado pela CCJ; ou ainda pelo Executivo, quando o presidente da República veto o projeto de lei; ou ainda pelo Judiciário, quando um parlamentar impetra um mandado de segurança preventivo alegando violação ao devido processo legislativo.

↳ O controle posterior é exercido pelo Judiciário. Excepcionalmente pelo Legislativo.

—❤—❤—

↳ **Órgãos administrativos autônomos de controle** (TCU, CNJ e CNMP) não exercem nem controle concentrado, nem mesmo o controle difuso de constitucionalidade.

@beatriznamiestudies

Sistemas e vias de controle judicial

↳ o controle poderá ser difuso ou concentrado.

No **sistema difuso**, qualquer juiz ou tribunal realizará o controle de constitucionalidade, sempre de modo incidental. No sistema concentrado, o controle "concentra" ou no STF ou no TJ.

▶ **Controle difuso**: O controle difuso, repressivo, ou posterior, é também chamado de controle pela via de exceção ou defeta, ou controle aberrto, sendo realizado por qualquer juiz ou tribunal do Poder Judiciário, de acordo com as regras de competência.

↳ **nos tribunais**: a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o MP e as partes, submeterá a questão ao referido órgão fracionário ao qual competir o conhecimento do processo, que poderá proferir duas decisões:

▶ **rejeitar a arguição**: o julgamento prosseguirá

▶ **acolher a arguição**: a questão será submetida ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver.

▶ **controle concentrado**: recebe tal denominação pelo fato de "concentrar-se" em um único tribunal.